

PRA~~XIS~~IS

Conselho Regional de Serviço Social - 7ª Região - Ano III - Nº 12 - Junho/2001

Formação e trabalho

O assistente social se depara com um mercado onde não há mais uma reserva rígida para o trabalho desenvolvido na área social. Daí a exigência de uma revisão no processo de formação e qualificação. Universidades, entidades e categoria são chamadas a investir em um novo conceito para o profissional do Serviço Social. **pág 6 e 7**



15 DE MAIO

Dia do Assistente Social é marcado por eventos de capacitação, palestras e debates. **Pág. 8 e 9**

LEI PARA TODOS

Lei de adoção aprovada pelo governo estadual gera polêmica entre profissionais da área. **Pág. 11**

OPINIÃO

A ética como exercício diário nas relações sociais e profissionais

Tão antiga quanto atual, a questão da ética volta a surgir com destaque no cenário político nacional, em um momento em que o painel eletrônico de votações do Senado é violado e a CPI da Corrupção é rejeitada. O que traz à memória da nação os seguidos desvios de recursos financeiros para a esfera privada que deveriam ser destinados às políticas públicas.

No Serviço Social, desde o início dos anos 90 o debate ético-político vem sendo incentivado em cursos e fóruns promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS. Estas discussões não se limitam apenas à ética profissional, mas tratam o tema em toda a sua abrangência, com o objetivo de despertar no assistente social a reflexão e o posicionamento crítico. Poucas categorias insistem tanto nesta questão, que é fundamental para a construção da cidadania. Isto porque o assistente social, particularmente, precisa se preocupar em buscar a justiça social, tentando viabilizar alianças com outras profissões e organizações sociais e políticas de viés progressista, apostando em ações coletivas para a superação das dificuldades apresentadas por uma sociedade globalizada e excludente. Sendo um órgão fiscalizador, que pauta suas ações no Código de Ética Profissional, o Cress-7 tem por princípio a ética como um compromisso diário. É assim que ela deve ser exercida, fazendo-se notar quotidianamente e de modo concreto nas ações profissionais. Sendo assim, se apresenta como importante propulsora da formação e mobilização de grupos que vão escolher os seus representantes, buscar sua identidade e criar uma nova realidade social em seu âmbito de atuação. Ao contrário da sua aparente "neutralidade", a ética traz em si a concretude da realidade, das relações humanas, e tem impacto diário no exercício da política e da justiça social.

Ações nos processos de concursos

A Comissão de Organização e Fiscalização do Cress-7 (Cofi) vem acompanhando atentamente as seleções promovidas através de concursos, seja interferindo no processo, seja divulgando datas e procedimentos necessários. No caso do exame para a Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, realizado em maio, o Conselho realizou um curso preparatório que veio atender às solicitações de inúmeros profissionais. Foram organizadas duas turmas de 45 alunos, que assistiram a aulas com temas específicos da área de Serviço Social.

O Cress-7 também acompanha seleções já realizadas, como o da Corregedoria de Justiça do Estado do Rio, homologado em 1998. Neste processo foram chamados até o momento 183 profissionais classificados na área de Serviço Social. O exame, que vigorava por um período de dois anos e poderia ser prorrogado por mais dois, teve sua validade ampliada por mais um ano como resultado de uma ação do Conselho. Este prazo se esgota no próximo mês de junho e, apesar da notória carência de assistentes sociais na Corregedoria, um novo pedido de prorrogação por mais um ano, feito pelo Cress, foi indeferido pela instituição.

O Conselho é informado da preparação de novos concursos e, através de seus agentes, fiscaliza todas as etapas da sua realização - desde o lançamento do edital até a chamada dos aprovados. Com base na Constituição Estadual, a Cofi analisa a prova, a habilitação dos profissionais que compõem a banca examinadora e o gabarito das questões, acompanhando ainda a divulgação da relação nominal final dos aprovados. Em março, a FESP (empresa responsável pela organização destes eventos) notificou o Conselho sobre a intenção da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. de promover concurso. O Cress aguarda agora a divulgação do edital para proceder às ações de acompanhamento e divulgação do processo.

ESPAÇO CRESS

10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

O Cress-7 comemora desde já a realização no Rio de Janeiro do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, que tem data marcada para o período de 8 a 12 de outubro. Principal evento da categoria, o CBAS é promovido a cada três anos e propicia uma reflexão teórica e política da prática do Serviço Social no Brasil e da relevância do projeto ético-político da profissão. A expectativa de receber mais de 3000 participantes está exigindo da comissão organizadora estudos para a locação de espaços mais adequados para recepção do público nas grandes plenárias. Esta comissão é formada por representantes do Cress-7, CFESS, ABEPSS e ENESSO, tendo sido criadas as Subcomissões de Finanças; Divulgação e Imprensa; Cultural e de Infra-estrutura.

O Governador Anthony Garotinho e a Secretária de Ação Social e Cidadania, Rosângela Matheus,

receberam os organizadores e manifestaram sua intenção de apoiar o Congresso. Nos próximos dias será entregue ao governador e à secretária um projeto com as solicitações da organização ao governo do Estado. Outra proposta similar será apresentada à Prefeitura do Rio.

Está sendo pleiteado ainda, junto aos empregadores, que custeiem a participação no evento dos assistentes sociais que atuam nas empresas ou órgãos públicos. O governo estadual demonstrou interesse em subsidiar a inscrição dos seus profissionais e o mesmo requerimento será feito junto às prefeituras.

O prazo final para entrega dos trabalhos é 15 de junho, impreterivelmente, na sede do Cress-7 (Rua México 41, sala 1205, Centro). Até este dia o valor das inscrições é de R\$ 210 e o pagamento deve ser efetuado junto à empresa JZ Congressos.

Fiscalização na área de saúde

Desde outubro do ano passado, a Comissão de Orientação e Fiscalização do Cress-7 (Cofi) tem visitado as unidades públicas de saúde do Estado do Rio, estando praticamente concluída a etapa referente às visitas nas unidades cariocas - mantidas pelo Estado e pela Prefeitura. Paralelamente, estão sendo visitadas as instituições da Baixada Fluminense, São Gonçalo e Niterói. Brevemente chegará a vez dos outros municípios do interior do Estado, até que sejam cobertas todas as localidades. Dado o grande número de instituições, o Conselho contratou duas assistentes sociais, por prazo temporário, para agilização do trabalho.

Com o objetivo de dar um retorno do quadro observado durante as visitas, a Cofi pretende promover, possivelmente, no início do segundo semestre, encontros com os assistentes sociais da rede municipal. As visitas fiscais realizadas nas unidades de saúde oferecem subsídios para a

programação de seminários, mini-cursos e oficinas de trabalho, visando ao aprimoramento ou correções no processo de intervenção dos assistentes sociais. Na Secretaria Municipal de Saúde do Rio, por exemplo, o coordenador e a sub-coordenadora de Recursos Humanos - Carlos Alberto de Oliveira e Lídia Montenegro - manifestaram disposição em realizar, através de parceria com o Cress-7, um trabalho de capacitação continuada da equipe de Serviço Social. Os entendimentos conjuntos para concretizar a ideia já estão sendo iniciados.

Vale lembrar que, ao fazer estas visitas, o Cress-7 está investindo na aproximação com a categoria, colocando-se como seu parceiro na melhoria da prática profissional e das condições de trabalho, promovendo ainda uma maior compreensão, por parte dos diretores das unidades de saúde, do papel do assistente social.

Ato de Desagravo Público

O Cress-7 convida para o Ato de Desagravo Público às assistentes sociais Shirley Helena Thomaz Vaz Costa (Cress-7/13076) e Iza Maranhão Martins (Cress-7/10701). Ex-funcionárias do Núcleo de Atendimento Especializado (NAE), as assistentes sociais registraram no Conselho "a postura e conduta desrespeitosas, inadequada, ditatorial, injuriosa" por parte da coordenadora do NAE, Elizabeth Méri Gamalho Ferreira. A denúncia motivou a instauração de um processo legal, que definiu pela realização do Ato de Desagravo, a se realizar no dia 29 de junho, às 18h30, no auditório do Câmara dos Vereadores (Pça. Mal. Floriano s/n, Cinelândia). Previsto na alínea "e", do artigo 2º, do Código de Ética, o Ato é um direito do assistente social que tenha se sentido ofendido na sua honra profissional.

Atividade privativa e sigilosa do assistente social

O advogado Marconi Mendonça da Silva (OAB/RJ 102.266) requereu à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Rio de Janeiro, providências no sentido de notificar a todo o quadro do Serviço Social que qualquer advogado pode assistir ao seu cliente, participando da entrevista do mesmo com a(o) assistente social. Alegou violação de direitos e prerrogativas do advogado com fulcro no art. 133 da CF/88 e art. 2º da Lei nº 8.909/84 (Estatuto dos Advogados), tendo em vista o posicionamento da assistente social Margareth Fernandes da Silva – CRESS nº 8.864-7ª Região, da Vara de Família de Jacarepaguá, de não permitir o acesso do referido advogado à entrevista que realizava com o usuário. O processo nº DAP-2.216/2000 foi devidamente instruído, tendo o Cress-7, através de sua assessoria jurídica, apresentado defesa, ressaltando a postura correta da assistente social, que se coaduna com os princípios e normas que regem esta profissão.

O julgamento ocorreu em 03/10/2000, tendo os Conselheiros integrantes da 2ª Câmara Especializada do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, decidido, por unanimidade, indeferir o pedido de providências e determinando o arquivamento do processo “por não ficar caracterizada a violação às prerrogativas do advogado”, conforme Ementa 055/2º C.E./2000.

A defesa apresentada pelo Cress-7 pode ser obtida na sede da entidade, com a assessoria jurídica.

O país se prepara para as Conferências de Assistência Social

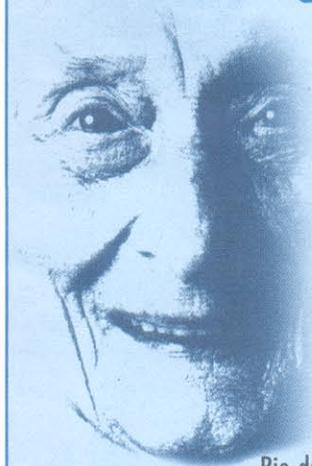
A realização da III Conferência Nacional de Assistência Social é um marco para os profissionais da categoria. Conforme determina a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), esta Conferência deve ocorrer, sequencialmente, em todo o país, nos níveis municipal e estadual. O tema oficial designado para discussão - Política de Assistência Social no Brasil – Avanços e Desafios - será detalhado em três eixos de análise: Gestão, Controle Social e Financiamento.

O Cress-7 é uma das entidades que compõem a comissão organizadora constituída pelo governo fluminense para os preparativos da Conferência Estadual. O evento será nos dias 27 e 28 de setembro, com previsão de 600 participantes. A etapa nacional será entre os dias 4 e 7 de dezembro, em Brasília.

Sendo este o segundo campo de trabalho mais expressivo para o assistente social, o engajamento dos profissionais nestas conferências é extremamente importante. Como desdobramento dos eventos, o poder público deverá produzir planos de assistência social, formulados a partir dos subsídios das discussões. Estes debates deverão envolver também os movimentos sociais que representam o segmento populacional de baixa renda, posto que é esta camada da população que prioritariamente utiliza os serviços de assistência, tanto em nível municipal como estadual. É importante, por isto, que os assistentes sociais desencadeiem discussões com estes grupos da população, tendo em vista o reconhecimento de seus direitos. É fundamental ainda que os usuários da assistência social e suas organizações representativas tenham efetiva participação nas conferências de 2001.

CPI do idoso

Visitas apontam necessidade de medidas urgentes



O Cress-7 está participando ativamente da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Idoso, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A CPI tem como principais objetivos apontar irregularidades em casas destinadas aos idosos e chamar a atenção da sociedade para este segmento. O

Rio de Janeiro é o estado com o maior número de pessoas idosas do país e prevê-se que esta população dobre até 2020.

Dois grupos de sindicância e vigilância foram formados para vistoriar asilos, abrigos e similares, a fim de verificar as condições em que funcionam. A maior parte das visitas é motivada por denúncias recebidas pelos participantes da CPI. Além das assistentes sociais e Conselheiras do Cress Angela Maria Lima Ramos e Vera Maria Ferreira Santos, a comissão tem representantes dos Conselhos de Nutricionistas e Enfermagem, assim como de estagiários destas três áreas e duas médicas geriatras (todas da Uerj) contratados pela CPI. Segundo Angela Lima, a equipe técnica tem como objetivo orientar e conscientizar os dirigentes das instituições para os cuidados com a pessoa idosa. Para ela, a maior parte das instituições visitadas não tem condições de funcionamento: “Faltam profissionais qualificados para lidar com os idosos e condições mínimas de higiene e alimentação. São descumpridos cuidados exigidos por lei, como piso antiderrapante, corrimãos e rampas de acesso para melhor locomoção dos idosos”. Angela, que também faz parte da Comissão do Idoso da Alerj, acrescenta que muitos estabelecimentos funcionam sem alvará.

As reuniões de avaliação da CPI ocorrem com frequência. É quando a equipe procura mostrar a necessidade de expandir para as famílias e autoridades a preocupação com o idoso, principalmente através de campanhas. Na última reunião, onde estavam presentes representantes do Ministério da Saúde, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, Secretaria de Ação Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria Estadual de Ação Social e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, foi avaliada a carência de profissionais na área, sendo proposta a criação de cursos de especialização. Apontou-se também como prioridade a instalação do hospital dia e do asilo dia, estimulando a permanência do idoso na família.

A maior expectativa da equipe técnica é que a CPI tenha como desdobramento ações concretas, que busquem despertar na população o interesse pela questão do idoso como um segmento representativo da sociedade que sofre a rejeição da família, das autoridades e da sociedade de um modo geral.

Agências funerárias

A reação do Serviço Social às novas regras para os hospitais públicos do município do Rio

 decreto nº 19399, assinado em 1º de janeiro de 2001 pelo prefeito César Maia, e a Resolução 759, da Secretaria Municipal de Saúde, instituíram e normatizaram os serviços de empresas funerárias nas chamadas Salas de Assistência Funerária. Tais medidas atribuem ao Serviço Social o encaminhamento de familiares dos pacientes falecidos a estas Salas, que começaram a funcionar em 1º de abril nas 13 principais unidades hospitalares da rede municipal.

Contraopondo-se a isto, o Cress esteve, no mês de março, em audiência com Carlos Alberto de Oliveira e Lídia Montenegro, respectivamente coordenador e sub-coordenadora de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde – órgão encarregado de disciplinar o Serviço de Assistência Funeral. Na ocasião, o Cress buscou fortalecer o reconhecimento do assistente social como profissional de saúde – suas atribuições neste campo e características de sua função nos casos de ocorrência de óbito. O Conselho realizou ainda, nos dias 30 de março e 5 de abril, reuniões com representantes das equipes do Serviço Social dos hospitais envolvidos.

Estes encontros reafirmaram o papel já assumido pelos assistentes sociais nos casos de óbito: apoio aos familiares e orientações gerais quanto a procedimentos, direitos e benefícios previdenciários. Uma primeira e óbvia decisão do grupo diz respeito ao firme posicionamento do assistente social no sentido de assegurar aos familiares a opção de utilizar ou não o Serviço de Assistência Funeral do hospital. Isto resguardaria o profissional dos riscos de uma grande polêmica, onde a ação do assistente social estaria associada aos interesses de um serviço comercial prestado no espaço da rede pública. Ao final dos debates, os assistentes sociais da maioria das unidades manifestaram sua discordância em assumir a atribuição imposta pela Secretaria de Saúde.

Uma nova audiência solicitada pelo Cress à Coordenadoria de Recursos Humanos realizou-se no dia 16 de abril, desta vez com a presença também da chefia do Serviço Social dos Hospitais Lourenço Jorge, Lagoa e Miguel Couto, assim como do Sindicato dos Assistentes Sociais. As negociações permitiram reafirmar o

compromisso do assistente social em orientar e respeitar a autonomia da família quanto ao uso da Sala de Assistência. Ainda nesta reunião, uma proposta de alteração do art. 5º da Resolução 711, da Secretaria Municipal de Saúde, foi apresentada ao coordenador de Recursos Humanos, contendo as seguintes informações: “Cabe à equipe do Serviço Social proporcionar o apoio aos familiares por ocasião do óbito, prestar orientações previdenciárias e outras pertinentes ao ocorrido e em função da situação sócio-econômica da família. Parágrafo único – É atribuído ao atendimento do Serviço Social a orientação aos familiares sobre a existência da Sala de Plantão do atendimento das funerárias, bem como dos recursos gratuitos funerários, respeitando a autonomia dos familiares acerca da utilização desses serviços”. A expectativa era que esta proposta fosse considerada pela Secretaria de Saúde. Entretanto, no início do mês de maio, o Cress tomou conhecimento do relatório da Comissão do Serviço Funerário, encaminhado à Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde. O documento avalia a atuação do Serviço Social de cada hospital com base nas determinações do decreto 19399. Esta atitude evidencia o impasse, previsto nas discussões iniciais, quanto ao conflito de interesses das agências funerárias face aos procedimentos adotados pelos assistentes sociais. Considerando que o exercício do Serviço Social em hipótese alguma poderá estar subordinado às ingerências destas empresas, está em pauta a continuidade dos entendimentos com as autoridades da Secretaria Municipal de Saúde.

Comissões do Cress-7

Venha participar das reuniões abertas das comissões do Cress-7. Sua contribuição é importante para as discussões, encaminhamentos de temas e propostas de trabalho.

Comissão da Criança e do Adolescente

Data: toda última sexta-feira de cada mês

Horário: 18h30

Junho: Discussão sobre trabalho nos abrigos de crianças e adolescentes

Julho: Discussão sobre atendimento de adolescentes no sistema sócio-educativo

Comissão de Formação e Trabalho

Ciclo de debates “Capitalismo e socialismo: projetos ético-políticos em disputa”

Com o objetivo de democratizar ao máximo estes debates, o Cress-7 pretende registrar os eventos através de gravações e disponibilizar instalações que comportem um grande número de participantes. Por isto estão sendo ainda agendados os locais, e as informações sobre datas e endereços deverão ser

obtidas, a partir do mês de junho, com o setor de Secretaria do Conselho (220-2864; 240-1727; 240-3627)

Subcomissão de Assistência Social e Previdência

Horário: 16h30 às 19h

21/Junho – Financiamento da Assistência Social e da Previdência

19/Julho – Apresentação de programas e projetos de assistência social nas esferas públicas estadual e municipal

Serviço Social na área de Dependência Química

Data: última segunda-feira de cada mês

Horário: 18h30 às 20h30

25/Junho – Rede de atendimento a crianças e adolescentes usuários de drogas no Estado do Rio de Janeiro

Palestrante indicada – A.S. Elza Veloso (A.S. da FIA/RJ e Superv. de unidades de tratamento ao usuário)

Última semana de junho - Semana de Prevenção das Drogas (Comis. Coord. – A.S. Claudete J. de Oliveira, Arthemis Soares V. Serra, Rosemary R. Cardoso, Hilda Corrêa de Oliveira e Regina Vasques)

30/Julho – Contribuição do Serviço Social para o atendimento a usuários de drogas

Palestrante indicada – A.S. Rosemary Rodrigues Cardoso (Coord. Do Serviço Social do Deprid/Conselho Estadual Antidrogas/RJ)

Subcomissão de Saúde

Data: 12/junho

Tema: O Serviço Social e os programas de DST/Aids
Objetivo: Discutir as ações e instrumentos utilizados pelo Serviço Social na implementação dos programas de DST/Aids. Aberta aos assistentes sociais e alunos de Serviço Social, esta reunião contará com a presença de profissionais que, desenvolvendo o papel de facilitadores, trarão para o debate elementos relacionados às suas experiências de trabalho nos referidos programas.

Fórum Transdisciplinar de Gênero e Etnia

Data: terceira segunda-feira de cada mês

Horário: 18h

Local: Auditório do Cress-7

18/Junho - Metendo a colher na violência contra a mulher: a intervenção do Serviço Social na questão.

16/Julho - Questão racial e exclusão social: Serviço Social e o processo de reflexão/intervenção profissional

Obs: por se tratar de reuniões de grupos de trabalho, estes eventos não requerem inscrição prévia, assim como não dispõem certificados para os participantes.

Gênero e etnia

Ao longo de todo o ano 2000, através de parcerias com universidades e movimentos sociais, a Comissão de Gênero e Etnia do Cress promoveu diversos eventos para discutir e encaminhar ações de combate às discriminações raciais e contra a mulher. Paralelamente, a Comissão vem realizando, na sede do Conselho, reuniões abertas à participação da categoria, onde são tiradas propostas de atuação referentes ao assunto.

Magali Almeida, coordenadora da Comissão, lembra que o Conselho apoiou, em 1987 e 1988, a luta contra o racismo no Rio de Janeiro, participando efetivamente da organização da marcha "Contra a Farsa da Abolição", realizada como contraponto à comemoração oficial do dia 13 de maio. Ela ressalta que "a partir de 1992, o CBAS abriu espaço para debates que apontaram a necessidade de preparação do assistente social para o enfrentamento destas questões em seu local de trabalho".

Tendo participado do XIII Encontro Nacional Feminista, realizado em abril do ano passado, o Cress deu início a uma campanha de mobilização dos assistentes sociais para os eventos



Evento realizado na sede do Sintrasef (da esq. para dir.): Joana D'Arc (participante do coletivo de mulheres da Central de Movimentos Populares); Renato Velozo (assistente social, participante da Comissão de Gênero e Etnia do Cress); Hilda Corrêa (presidente do Cress); Vanessa B. Souza (participante da Comissão de Gênero e Etnia do Cress); Magali Almeida (coordenadora da Comissão de Gênero e Etnia do Cress); Neide Aparecida da Silva (participante da Comissão de Gênero e Etnia do Cress); Luiz Pedro Marchon (Sintrasef); Rute Gasmão (Conselheira do Cress e diretora do Sintrasef); Nádia Maria Araújo (participante da Comissão de Gênero e Etnia do Cress)

programados em torno da Marcha Mundial das Mulheres, que ocorreu no dia 17 de outubro nos EUA. Nasceu, assim, a campanha Mulher Viva, que encerrou seu cronograma de atividades com o evento promovido no dia 19 de março deste ano, na sede do Sintrasef (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal). Na ocasião, foram lembradas as datas do Dia Internacional da Mulher e Dia Nacional da Luta contra a Discriminação Racial, estando presentes representantes do Movimento Negro Unificado, Movimento Anarquista e Central de Movimentos Populares, além de artistas das áreas de teatro e música.

Conselho envia manifestação aos prefeitos

As ações do Cress-7 em comemoração ao Dia da/o Assistente Social não se restringiram aos eventos para a categoria. Na ocasião foi enviada aos Prefeitos de todo o Estado uma manifestação que promovia uma reflexão sobre o Serviço Social. O documento destacou a história da profissão e seu Código de Ética, comprometidos "com os Direitos Sociais do conjunto da população e com a construção de um modelo de sociedade que assegure justiça e equidade".

O principal objetivo da diretoria do Conselho foi contribuir com a realidade prática vivenciada pelas/os assistentes sociais nos municípios. Foram destacados, por exemplo, os impactos causados pela não abertura de novas vagas e a tentativa de descaracterização das atribuições do Serviço Social.

A carta destaca, como atribuição da/o assistente social, o artigo 4º da Lei 8662/93: planejar, coordenar, subsidiar planos de ação e implementar programas, projetos e pesquisas que avaliem a realidade social nas áreas de Saúde, Assistência, Previdência, Educação, Habitação, dentre outras; prestar orientação

social a indivíduos e grupos, no sentido de identificar recursos e fazer uso dos mesmos na perspectiva de Direitos.

O documento lembra ainda que, dentre outras atribuições, é atividade privativa da/o assistente social realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social (artigo 5º da Lei 8662/93).

Encerrando o documento, o Cress avalia que a diretriz constitucional de descentralização política e administrativa atribui às Administrações Públicas Municipais a formulação e execução de políticas sociais, colocando às prefeituras o desafio de viabilizar a constituição de um quadro de profissionais técnicos. "É neste sentido que defendemos a relevância da contratação de assistentes sociais", afirma o documento, que também foi enviado ao Governador do Estado.

A direção do Cress espera que esta manifestação venha fortalecer a luta da categoria em cada município e que o Dia da/o Assistente Social possa ajudar no sentido de fortalecer a profissão como um dos importantes instrumentos de construção de uma sociedade igualitária.

A dimensão do problema

Estatísticas revelam os baixos índices de desenvolvimento humano no Brasil

Com 35 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, o Brasil é um país que não pode se orgulhar dos avanços na área social. Pelo contrário, os dados estatísticos demonstram que temos ainda muito chão pela frente.

✓ Desenvolvimento desumano

O relatório da ONU, preparado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, coloca o Brasil em 74º lugar no ranking mundial do desenvolvimento humano.

✓ Acidentes de trabalho

De acordo com matéria divulgada no Informe Saúde, editado pelo Ministério da Saúde, estudos têm apontado elevados níveis de subnotificação do número de acidentes de trabalho. A publicação revela que as estatísticas oficiais podem ser até triplicadas, dependendo da doença, da parcela da população trabalhadora e da região do país. Os dados notificados à Previdência Social em 98 são: 401 mil acidentes de trabalho, sendo que cerca de 28,5 mil são relacionados a doenças no trabalho; 337,4 mil ocorreram no local de trabalho e 35,2 mil no trajeto de ida ou volta para o emprego.

✓ Apartheid digital

O Comitê para a Democratização da Informática alerta para uma nova forma de marginalização: os sem-internet. Os percentuais divulgados pelo Jornal do Brasil, de janeiro de 2001 (Revista de Domingo), demonstram que a "barreira digital" já se estabeleceu: apesar de apresentar uma das maiores taxas de crescimento de usuários, apenas 4% da população brasileira acessa a Internet; destes, 80% são das classes A e B, 16% da classe C e 4% da classe D — estes últimos normalmente acessam do trabalho. Do outro lado do continente, os americanos ostentam um quadro onde metade da população é internauta.

✓ Trabalho infantil

As empresas brasileiras sofrem outras restrições no mercado mundial, além do protecionismo dos países desenvolvidos aos seus produtos de origem. Elas procedem de acusações quanto à utilização de mão-de-obra infantil. Segundo levantamento do IBGE, até 98 estavam trabalhando cerca de 2,5 milhões de crianças, na faixa de 10 a 14 anos.

✓ Perfil Violento

Equipe dos Juizados Criminais Especiais do Tribunal de Justiça aponta dados estonteantes sobre a violência doméstica: 75% das agressões que resultam em processo criminal não acontecem na rua, em bares ou bailes, mas em casa, e envolvem principalmente maridos. Detalhe importante: quase todos os agressores são filhos de pais que espancavam as mães (O Globo, 16/05/2001).

Formação e Trabalho do Assistente Social

Atualmente a oferta de trabalho na área social não é mais voltada para uma única profissão. Como o referencial das empresas e do Estado vem mudando desde a década de 80 e não existe mais uma reserva rígida de mercado, tornou-se ainda mais imperativa a qualificação continuada do assistente social.

Existem hiatos ainda bem flagrantes no processo de formação profissional, que distanciam o perfil do assistente social a ser formado daquele que de fato é graduado. Esta é a opinião de Ney Luiz Teixeira de Almeida, Diretor da Faculdade de Serviço Social da Uerj, do Curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco e Coordenador do Curso de Especialização sobre Organização do Trabalho pela Fasesc-MG. Para ele, isto ocorre primeiro porque a formação profissional não é uma operação matemática simples. Segundo, devido ao desgaste sofrido pelo sistema educacional como um todo. “A prevalência de uma formação tecnicista, despolitizada e utilitarista realizada em precárias condições sócio-ambientais não poderia resultar de forma alguma numa massa crítica pronta para ingressar na vida acadêmica”, ressalta o diretor.

Segundo Ney, existem experiências hoje em curso – e não só nas universidades públicas – que garantem estratégias imprescindíveis para o enfrentamento desta questão. Uma delas diz respeito à adoção de uma ação pedagógica que articule, desde o início da formação profissional, atividades de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem diferentes níveis de confronto entre os conteúdos formativos e a realidade, onde um realimenta o outro. “Infelizmente, essa postura que vem sendo implementada nos espaços de formação é mais uma iniciativa de certos professores do que uma política institucional”, constata ele.

Formação profissional

O professor avalia que desde o processo de elaboração das Diretrizes para o Curso de Serviço Social, em 1996, é inegável a ocorrência de alguns avanços. Eles já se expressam nas novas formatações das disciplinas de Ética em diversos currículos plenos. “Como ocorre em algumas faculdades de Minas Gerais, isto vem acontecendo a partir da incorporação de uma preocupação pedagógica que ultrapassa a mera discussão

do Código, da ampliação das cargas horárias dessas disciplinas, da sua oferta em períodos que antecedem a entrada dos alunos no estágio supervisionado e da realização de atividades que envolvam os Conselhos Regionais e a entrega do Código de Ética pelas unidades de ensino aos seus alunos”, afirma ele.

Contudo, estas mudanças não garantem ainda a ética como um eixo que deva perpassar a formação profissional. De acordo com Ney, a discussão da ética – quando muito – vem sendo resgatada no âmbito das orientações teórico-práticas das disciplinas de estágio

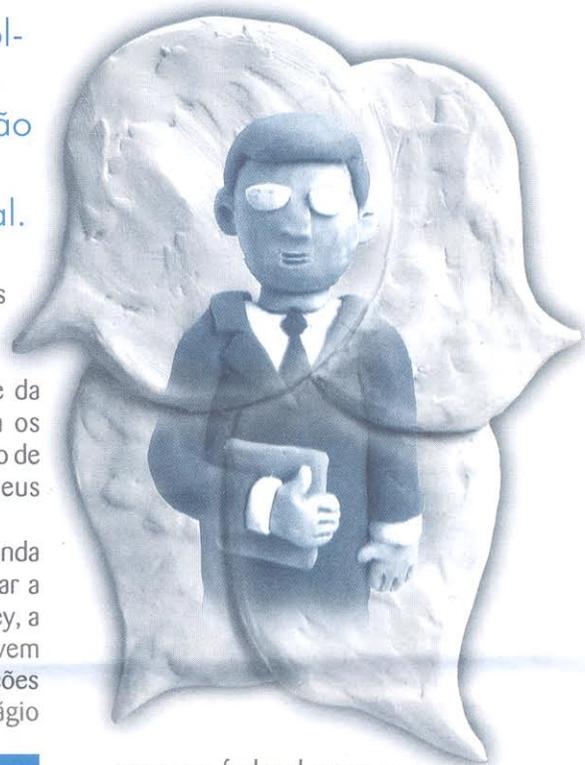
“As associações de profissionais e os diversos movimentos sociais do campo educacional não são considerados na formulação da política educacional”.

Ney Luiz Teixeira

supervisionado, mas ainda sob uma perspectiva restrita, vinculada ao debate sobre certas condutas que precisam ser evitadas ou aquelas que devem ser encaminhadas. “É importante que o debate sobre a ética se incorpore a todos os momentos da formação, pois trata-se de um componente não só da formação profissional, mas da formação acadêmica e cultural que a educação superior proporciona”, diz.

Instituições de ensino X mercado

O crescimento extraordinário do ensino superior privado é parte da estratégia do



governo federal para a reestruturação do sistema educacional brasileiro. Na opinião de Ney de Almeida, esta medida está em plena sintonia com as recomendações do Banco Mundial, que vem cumprindo o papel de gestor das diretrizes que orientam as políticas sociais para os países latino-americanos, asiáticos e africanos.

Segundo o diretor, no escopo desta tática e ao longo das reformas que vêm sendo implementadas pelo MEC nos últimos seis anos, os principais interlocutores do governo federal são alguns intelectuais da área e aquela parcela da sociedade civil que não se organiza em movimentos reivindicatórios. As associações de profissionais e os diversos movimentos sociais do campo educacional não são considerados na formulação da política educacional, apesar do acúmulo que conseguiram produzir através de ampla mobilização e participação daqueles que atuam na área da educação. “A demora na aprovação das nossas Diretrizes e o trato distanciado e autoritário em relação à Comissão de Especialistas da área de Serviço Social são ilustrativos da ausência de interesse por parte do MEC em dialogar com as entidades representativas das categorias profissionais e dos segmentos vinculados à formação profissional”, constata Ney.

A expansão desenfreada do ensino superior, alicerçado apenas na esfera privada, não tem

levando em conta sequer o direito social a uma educação de qualidade extensiva a novos segmentos sociais, avalia Ney de Almeida. Para ele, essa educação além de não ser inclusiva, também não atende às demandas do mercado de trabalho. “Esta expansão pode ser analisada como parte do processo mundial de transformação da cultura em uma mercadoria como outra qualquer, sem se levar em conta a dimensão pública desse serviço”, diz.

No entender de Ney, a opção do MEC por valorizar as avaliações de *produto* – expressas pelo *provão* e pelo ENEM, enquadra-se dentro do modelo neoliberal no trato das políticas sociais. O Estado vem assumindo mais a função de gestor do que a de executor das políticas, que tem ficado a cargo de uma parcela da sociedade civil e do empresariado. “As *parcerias* estabelecidas pelo poder público fazem migrar as competências com a execução dos serviços educacionais da esfera federal para a municipal e do Estado para uma ampla rede institucional da filantropia privada”, destaca.

Participação política

Neste contexto, o projeto ético-político profissional da categoria, que vem sendo desenvolvido desde os anos 80, ocupa papel importantíssimo na formação do assistente social. Na avaliação de Marcelo Braz, Coordenador da Comissão de Formação e Trabalho do Cress-7 e Professor da Faculdade de Serviço Social da Ufrj, este projeto representa um divisor de águas, dado que uma de suas premissas básicas é estimular a formação contínua. “A formação é um processo que não se esgota com os quatro anos de graduação na faculdade. Mesmo que ela seja uma tarefa individual do profissional, também é função dos Conselhos Regionais dar apoio e incentivo à capacitação continuada”, diz Marcelo.

Apesar da vastidão do campo de trabalho, o projeto ético-político orienta o Serviço Social em duas vertentes: uma que se refere à atuação profissional e outra que diz respeito aos princípios fundamentais desta atuação. “O Código de Ética tem um princípio sócio-educativo para nortear a atuação do assistente social. Ele é um corpo de vários compromissos coletivos - como a democratização do acesso às políticas sociais e a transparência das ações junto aos usuários”, esclarece o coordenador. Para multiplicar este comprometimento do Código de Ética, o CFESS implementou no ano 2000, em nível nacional e de forma descentralizada, o projeto *Ética em Movimento*. Sempre enfatizando o conceito de que a formação não se fecha com os quatro anos de universidade, a Comissão de Formação e Trabalho do Cress-7 incentiva a promoção de cursos de atualização, debates sobre questões polêmicas da categoria, palestras sobre demandas emergentes etc.. “Nossa grande preocupação é a articulação

com as universidades”, afirma Marcelo, que também integra a equipe de professores que orienta o curso à distância, promovido pelo CFESS e ABEPSS com apoio dos Conselhos Regionais. A primeira turma do curso de capacitação continuada para Assistentes Sociais em Política Social e Serviço Social, que começou em 1999 – com 1.600 inscritos, inicialmente – já está se formando. A produção foi socializada, pois este curso de pós-graduação possibilitou a atualização geral de vários profissionais que estavam distantes há muito tempo do debate teórico do Serviço Social contemporâneo. “Não se pode achar que esta formação e capacitação sejam uma panacéia para a solução de todos os problemas, mas sem elas a categoria não vai a lugar nenhum”, diz Marcelo.

“O novo currículo adota uma teoria social crítica, com esforço no conhecimento da totalidade social e no enfrentamento da questão social”.

Maria Aparecida Cassab

O trabalho da Comissão se dá basicamente em duas frentes. Numa delas, procura estreitar o elo de ligação entre os assistentes sociais e as universidades. Na outra, tem o objetivo de intensificar sua influência na formação ética ao longo da graduação, especialmente junto às coordenações de estágio e de ensino. Neste sentido, a Comissão trabalha em sintonia com o projeto *Ética em Movimento*, na medida em que ele prevê a capacitação de professores da disciplina *Ética Profissional*. A relação mais fluente do Cress-7 é com os professores das cadeiras de ética. “O aluno não tem que ser preparado apenas para ter competência técnica, mas para a formação de uma consciência acerca dos problemas coletivos e das grandes questões brasileiras”, enfatiza o coordenador.

Formação & LDB

As grandes implicações das inovações da política educacional para o Serviço social, a partir da vigência da LDB, vêm sendo acompanhadas de perto pela categoria. A presidente do CFESS, Elaine Rossetti Behring, lembra que em 1999 foi realizado o Seminário Nacional sobre a LDB e que a Assessoria Jurídica do CFESS elaborou um parecer jurídico sobre os cursos sequenciais – criados a partir desta Lei – que poderiam gerar profissionais não qualificados corretamente e sem o

compromisso ético-político. A comprovação de imperfeições jurídicas dos instrumentos que regulam tais cursos sequenciais chegou a impedir, na ocasião, a autorização para funcionamento de um curso do gênero em São Paulo. “No Serviço Social, com o documento do Seminário e o parecer jurídico do CFESS conseguimos, incluindo aqui a ABEPSS e ANESSO, conter o oferecimento destes cursos sequenciais”, comenta Elaine.

A presidente do CFESS informa que uma comissão de especialistas composta por três assistentes sociais, que também são professores e doutores – Bernadete de Almeida (da Paraíba), Ivete Simionatto (de Santa Catarina) e José Paulo Netto (do Rio de Janeiro) - é encarregada de fazer a avaliação dos cursos. “Eles estão fazendo a revisão dos padrões de qualidade para reconhecimento e autorização dos cursos de graduação em Serviço Social”, esclarece Elaine. Esta comissão já enviou uma minuta de documento sobre avaliação institucional das escolas que atuam junto ao MEC e fazem uma ponte entre o Ministério e as entidades CFESS, ABEPSS e ANESSO. Atualmente, cerca de 12 processos de reconhecimento de curso estão tramitando no MEC.

Para Elaine Behring, a questão da LDB vai além do conteúdo pedagógico dos cursos. “Ampliação do ano letivo para 200 dias sem aumento de salário dos professores e sem discussão sobre a carga horária dos docentes também merecem atenção. Fazer o quê com os horários dedicados aos projetos de pesquisa e extensão?”, questiona.

Currículo

A ABEPSS promoveu em oficinas locais, regionais e nacionais discussões para a construção de novas diretrizes curriculares da graduação. A presidente da entidade, Maria Aparecida Cassab, recorda que houve ampla participação dos docentes e alunos com o objetivo de tornar o debate o mais democrático possível. “Estas diretrizes ainda hoje estão em tramitação no Conselho Federal de Educação, mas a expectativa é que devem ser aprovadas ainda neste ano. Porém, antes mesmo destas diretrizes serem aprovadas, várias instituições de ensino já estão revendo seus currículos tomando-as como base”, ressalva Maria Aparecida.

Segundo Maria Aparecida, o novo currículo adota uma teoria social crítica, com esforço no conhecimento da totalidade social e no enfrentamento da questão social. “Ele tem um perfil de pluralidade e uma orientação para organização de disciplinas e outros componentes bastante flexíveis, sempre orientado pela não divisão entre ensino, pesquisa e extensão. O perfil do profissional que queremos formar é o de um assistente social competente, generalista e informado, com capacidade de tomar iniciativas e propor intervenções”, destaca a presidente da ABEPSS.

15 DE MAIO

As comemorações do Dia do Assistente Social

Um novo perfil para comemorar o Dia do Assistente Social foi inaugurado pelo Cress-7 no ano passado. Contando com o apoio e receptividade da categoria, vêm sendo realizados minicursos, palestras e mesas redondas, cujo objetivo é contribuir para o contínuo processo de capacitação e aprimoramento profissionais. Este ano foram realizados 26 minicursos que, ao longo de duas semanas, somaram a participação de aproximadamente 1.000 assistentes sociais. Como evento de encerramento foi realizada na Uerj uma mesa redonda, cuja abertura contou com a participação de Valéria Forti (vice-diretora da ESS / Uerj), Elizabeth Amorim (representante dos pós-graduandos da Abepss) e Hilda Corrêa (pres. do Cress-7). Mediada pela Conselheira Magali Almeida,



A Cia de Teatro Black & Preto deu o tom cultural e lúdico ao evento realizado no dia 18 de maio, na Uerj. Criada em 1993, por atores negros das áreas de teatro, cinema e televisão, o grupo tem como principal objetivo redimensionar o conceito de atores negros no Brasil, criando oportunidades de trabalho para o exercício de suas potencialidades artísticas, sociais e políticas. O espetáculo apresentado em comemoração ao Dia do Assistente Social – “A botija de ouro e o cheiro da feijoada” – foi escrito por Joel Rufino dos Santos e Thomas Back, com direção geral de Iléa Ferraz e elenco composto por Cyda Moreno, Iléa Ferraz e Karla Mendonça.

a mesa adotou o tema do 10º CBAS - “Trabalho, direitos e democracia no Brasil: assistentes sociais contra a desigualdade” e teve a participação dos professores Haroldo de Abreu (prof. UFF e doutor em SS pela Ufrj), Elaine Behring (pres. do CFESS; prof. da Uerj e doutoranda em SS pela Ufrj) e Marcelo Braz (Conselheiro do Cress-7 e prof. da Ufrj).

Em sua apresentação, Haroldo de Abreu abordou a questão do trabalho, direito e democracia, tendo em vista os conceitos de soberania, liberdade e igualdade de condições. O professor chamou a atenção para o descompromisso do atual governo brasileiro com a cidadania e sua utilização do voluntariado em substituição às ações necessárias no campo social. Haroldo ressaltou que a luta pelo emprego deve se transformar também na luta pela emancipação do trabalho e considerou a “importância de não deixarmos de colocar nossa reflexão e intervenção nesta realidade, ou esta realidade será cada vez mais dura”.

A presidente do CFESS, Elaine Behring, fez uma análise do Brasil que herdamos desta última década – suas desigualdades, a desmobilização, a impunidade, o esvair de recursos para pagamento de uma infundável dívida externa. Avaliando o que isto pode significar para a última década, Elaine disse que “é preciso desconfiar desta idéia de modernização, quando estamos privatizando empresas estratégicas e destruindo nosso

parque tecnológico”. Segundo ela, aí estariam também os efeitos desta “contra” reforma do Estado: geração de desemprego e “des” investimento na área social.

Marcelo Braz fez um paralelo entre as explicações anteriores e a linha de ação adotada pelo Cress-7 como resposta a este difícil momento que o país atravessa. De Haroldo de Abreu, Marcelo destacou a

Ao longo de duas semanas de eventos, foram realizados 26 minicursos com a participação de cerca de mil assistentes sociais.

observação sobre a depreciação do trabalho: “O trabalho não se confunde com emprego, mas é o ato que funda a sociedade. Sendo assim, leva a escolhas e alternativas que, na história da civilização humana, envolvem grupos sociais. É importante ter clareza, portanto, de que o trabalho do assistente social, em todas as suas atividades, favorece determinados grupos sociais. E isto define parâmetros éticos”. Marcelo comentou, então, que sobre estes parâmetros o Cress-7 se pauta para realizar sua função como órgão

fiscalizador, fundamentando suas ações no projeto ético-político da profissão. Ele acrescentou que estas escolhas envolvem uma reflexão contínua, residindo aí a importância dos investimentos que vêm sendo feitos em projetos de capacitação.

Sobre o tema apresentado por Elaine Behring, o Conselheiro destacou a abordagem sobre o fim do socialismo real que os capitalistas passaram a deflagrar como o triunfo da sociedade burguesa ocidental: “Entretanto, se pensarmos apenas o aspecto da democracia política, veremos que já tivemos momentos em que ela se apresentou com muito mais força na história da nossa sociedade”. Com relação a isto, Marcelo ponderou sobre a democracia como um valor ético central para o conjunto CFESS/CRESS, “haja visto a inserção nos conselhos de direitos e a aliança com movimentos sociais progressistas”.

Ao final do evento, os participantes – cerca de 300 pessoas – assistiram ao espetáculo teatral “O cheiro da feijoada”, encenado pela Cia de Teatro Black & Preto, e participaram da festa de confraternização, onde houve a apresentação de uma roda de samba.

A programação das delegacias seccionais

Sediadas em Campos e Volta Redonda, as delegacias do Cress-7 também adotaram uma linha educativa para seus eventos. Em parceria com o Centro Universitário de Volta Redonda

– UniFOA, a Delegacia do Sul Fluminense promoveu as palestras “Política Nacional de Assistência Social” e “Política Social e Reforma do Estado”, ministradas respectivamente pelas Conselheiras do Cress-7 Marlise Ferreira de Souza e Rute Gusmão. A programação, que também homenageou os 15 anos de atuação da Delegacia, contou ainda com debates e dinâmica de musicoterapia.

Em Campos, a Delegacia Seccional do Norte e Noroeste Fluminense, o Instituto de Ciência da Sociedade e Desenvolvimento Regional, através do Departamento de Serviço Social/UFF, e o Serviço Social do Hospital Ferreira Machado promoveram uma série de eventos em comemoração ao Dia do Assistente Social. A iniciativa contou com o apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social de Campos, Prefeitura de Quissamã, Sesi/Campos, Cefet/Campos, Unimed/Campos e Pedro Paulo Imóveis. Confira abaixo alguns eventos da programação:

Palestras: A atuação do assistente social na emergência hospitalar (A.S. Ilda de Moraes Oliveira/Rio); O Assistente social e o Conselho Profissional: união de esforços para garantir uma prática comprometida com a

justiça social (A.S. Maria Clélia Pinto Coelho/Campos); A instrumentalidade do Serviço Social (A.S. Yolanda Guerra/Rio); Terapia familiar numa visão sistêmica (A.S. Regina Espíndola Vieira da Rocha/Campos)

Mini-curso: Elaboração de projetos (Prof. Gabriela Icasuriaga/Rio)

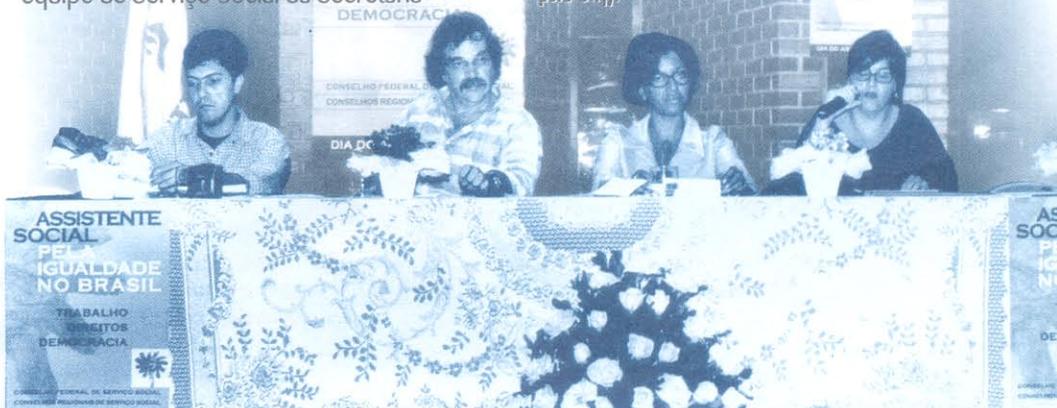
Apresentações: Grupo de Canto “Vozes do HFM”; coral do SSC-UFF; show Voz e Violão com alunas do SSC/UFF.

Ato público: “Dando Visibilidade ao Serviço Social” – participação de assistentes sociais de várias instituições de Campos, dentre elas Delegacia Seccional, Dep. de Serviço Social da UFF; Projeto Resgate; Serviço Social Escolar da Secretaria Municipal de Educação; equipe de Serviço Social da Secretaria

de Promoção Social e equipe de Serviço Social da APIC.

Exposição: obras do artista plástico Silvio Grego; trabalhos de conclusão de curso/1999 do SSC-UFF; livro “A mão que obra no lixo” (A.S. Denise Juncá, Marilena Parente Gonçalves, Verônica Gonçalves Azevedo); estande das editoras Cortez e Anita Garibaldi.

Trabalho, direitos e democracia no Brasil: assistentes sociais contra a desigualdade. O tema do 10º CBAS foi debatido na mesa redonda realizada no dia 18 de maio, como encerramento dos eventos. A mesa contou com a participação de (da esq. Para dir.) Marcelo Braz (Conselheiro do Cress-7 e professor da Ufrj); Haroldo de Abreu (professor da UFF e doutor em Serviço Social pela Ufrj); Magali Almeida (Conselheira do Cress, professora da Uerj e mediadora da mesa) e Elaine Behring (presidenta do CPSS, professora da Uerj e doutoranda em Serviço Social pela Ufrj).



DEPOIMENTOS

O reconhecimento do trabalho do assistente social, através de suas intervenções nos diversos segmentos da sociedade, é traduzido nesta edição a partir de depoimentos de personalidades de diferentes áreas.

Sou pedagogo, professor e atualmente coordeno o Departamento de Desenvolvimento Social da Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro.

Estou há 16 anos na área de assistência e sempre estive presente no cotidiano do trabalho do assistente social. Acredito ser este profissional um dos elementos de união em uma equipe multidisciplinar, por sua relevância no processo de mudança, transformação e de luta pelos direitos sociais na sociedade.

Edilson Gomes da Silva – *Desenvolvimento Social - ACM/RJ*

Como trabalho basicamente com comunidade, acho muito importante o papel do assistente social, porque ele consegue, com sua visão ampliada, captar as reais necessidades do ser humano, tendo a partir daí um papel de resgate. Isto significa colaborar com o mesmo na tentativa de transformá-lo em um ser independente e conhecedor de suas necessidades e da sua capacidade de conseguir, de acreditar que pode alcançar um estado de bem estar - principalmente se falarmos das necessidades humanas básicas. Ou seja, ele com sua sensibilidade faz o indivíduo sair de um estado de dependência e necessidade e o transforma em um ser digno e autônomo.

Jackeline Ferreira do Nascimento – *Diretora Social e Presidente da Ação Social para Integração Comunitária - ASICO / Comunidade Morro Azul*

Ante a realidade social brasileira, o profissional de Serviço Social é chamado a agir pautado nos princípios de-

mocráticos, igualitários e com respeito às diferenças de sexo, raça/etnia e classe. Sem estes princípios não romperemos com a subordinação, a exploração e opressão dos setores sociais com os quais trabalhamos. O desafio do profissional de Serviço Social nos dias atuais é o de abrir o diálogo com a sociedade brasileira para repensar as suas práticas.

Lúcia Xavier – *Assistente Social / Coordenadora de Projetos da ONG Criola*

A profissão de assistente social é uma atividade nova, nascida na última metade do século XX, diante das exigências sócio-econômicas de se contemplar o cidadão mais desfavorecido. O conflito de interesses em sociedade de classes, gerado pelo Estado, demanda inúmeras atividades, entre elas entrevistas, esclarecimentos, assessorias, levantamentos, projetos e grandes conhecimentos e sensibilidade sociais onde este profissional se faz necessário - diferente das nossas áreas técnicas e sociais já conhecidas. Ele é indispensável nas empresas, na saúde e previdência social. Acredito tanto nesta profissão que a tenho como necessária em todos os campos da atividade humana. Sua importância está relacionada ainda à vontade política de combater a pobreza e todas as diferenças que ela estabelece. Parabenizo todos os assistentes sociais pelo seu dia e faço-o apontando a meia democracia, a meia liberdade, a meia qualidade de vida da grande maioria da população brasileira que não conta com a sua assis-

tência, com o seu conhecimento e profissionalismo. A luta pela valorização do assistente social não pode ser da categoria. Deve ser de todos aqueles que desejam e esperam uma realidade melhor para os necessitados deste país.

Salette Maccalóz – *Professora e Juíza da 7ª Vara Federal*

O advento da doutrina da proteção integral que rege as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente sublinhou definitivamente a importância da equipe técnica social para bem orientar as decisões da autoridade judiciária. A Constituição elenca os direitos fundamentais de crianças e adolescentes e destaca o direito à convivência familiar e comunitária como um dos mais relevantes. A criança-cidadã vista em seu contexto familiar, como é seu direito, precisa do profissional de Serviço Social para diagnosticar e orientar suas relações afetivas dentro do grupo familiar, a natureza desses vínculos e a possibilidade desse grupo influenciar positiva ou negativamente o jovem em formação. A perícia social elaborada por esses profissionais tem sido fundamental para orientar as decisões judiciais, tanto na manutenção do grupo familiar biológico, quanto na habilitação e colocação em família substituída, quando necessário. O olhar sempre atento do assistente social tem sido de grande importância para combater os sistemas excludentes, como o caso dos abrigamentos desnecessários e a priorização das famílias biológicas como alternativa primeira. O pioneirismo do Serviço Social na área da Justiça da Infância e da Juventude e o sucesso alcançado por esses profissionais tem sido o norte que vem estimulando a presença do assistente social em outras áreas especializadas do judiciário.

Siro Darlan de Oliveira – *Juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro*

NOTAS

Serviço Social em saúde

Entidades de saúde da USP, Unesp e Unicamp/Serviço Social realizarão em São Paulo, no período de 10 a 12 de abril de 2002, o *I Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde* e o *IV Simpósio de Serviço Social em Saúde – “Perspectivas Profissionais e Realidade Social: Cenário, Tendências e Práticas”*. Mais informações pelo telefax (11) 5081-7718 ou e-mail expansao.eventos@uol.com.br

Saúde da mulher

A Ufrj lançou em abril o Programa de Saúde da Mulher. Resultado da parceria entre a Divisão de Saúde do Trabalhador e Núcleo de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social, o programa tem como objetivo consolidar a atenção à mulher trabalhadora da Ufrj na perspectiva da prevenção. Outras informações através do telefone (21) 598-1995.

Pesquisa em Serviço Social

Os assistentes sociais pós-graduados em Serviço Social Aplicado ao Poder Judiciário, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, realizaram duas pesquisas sobre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Uma delas objetivou entender como os profissionais de Serviço Social estão desenvolvendo suas ações no âmbito do Poder Judiciário, tomando como referência a Resolução 287/95, do TJMG. A outra pesquisa teve como finalidade conhecer a visão dos magistrados, promotores e escrivães acerca das atribuições do assistente social no judiciário mineiro. Estes estudos, que obtiveram avaliações muito positivas, estão sendo transformados em artigos para posterior publicação e poderão ser divulgados no 4º Encontro Estadual de Assistentes Sociais e Psicólogos Judiciais.

Violência doméstica

Evento: Jornada sobre violência doméstica física em Duque de Caxias

Promoção: Serviço Social e Psicologia do Juizado da Infância e Juventude de Duque de Caxias, em parceria com a Universidade Unigranrio / Faculdade de Direito

Data: 20 de junho, de 9h às 17h

Local: Auditório da Universidade Unigranrio – R. Prof. José de Souza Herdy 1.160, bairro 25 de agosto, Duque de Caxias.

Inscrições: até 18 de junho, na Faculdade de Direito da Unigranrio; através do fax (21) 672-7827; ou no local, até 30 minutos antes do evento.

Enfoques feministas

Evento: III Encontro Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia

Promoção: Pós-graduação em Serviço Social da

Universidade Federal Fluminense

Data: 24 a 26 de setembro

Local: UFF – Campus do Gragoatá, Bloco E, 3º andar, Pça. Leoni Ramos ss/n, São Domingos, Niterói

Inscrições de trabalhos: até 25 de junho

Inscrições para participação: até 24 de setembro

Informações: tel. (21) 719-1876; fax (21) 719-1165; www.uff.br/proex

Supervisão de estágio

Evento: Fórum de Supervisores

Tema: É necessária capacitação especial para ser supervisor (a) de estágio?

Data: 26 de junho, de 14h às 16h

Local: Cress-7 (R México 41, sala 1.205, Centro)

Participação: Prof. Ana Maria Vasconcelos; A.S. Necilda de Moura Santana

Atendimento digital



Os assistentes sociais já podem se comunicar com o Cress-7 através de seu endereço eletrônico. Esta alternativa, além de contribuir para o descongestionamento das linhas telefônicas, é mais rápida e econômica para o profissional. Atualização de dados cadastrais, envio de sugestões, solicitação de cópias de documentos, informações sobre concursos e eventos podem ser encaminhadas através do e-mail cressrj.diretoria@apic.com.br

Alfabetização de jovens

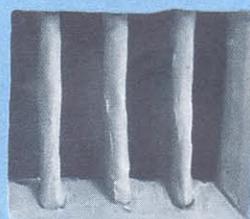
O Núcleo de Produção e Pesquisa em Educação e Cidadania, em parceria com o Sesi, abriu inscrição para sua turma de alfabetização de jovens entre 14 e 23 anos. Informações e inscrições através do telefone (21) 553-1458 - R. Barão de Itambi 28, Botafogo.

Disque-Cidadão

Nesta coluna, o *Jornal Praxis* divulga contatos de movimentos de defesa da cidadania, que contam com a participação popular. Assim, estamos dispondo abaixo informações sobre o Disque Defesa Homossexual. Uma iniciativa das instituições de movimento de emancipação GLT (gays, lésbicas e travestis), do movimento Viva Rio, Iser e mandato Carlos Minc (PT), o serviço conta com o aval da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – Centro de Referência Homossexual, além de parcerias com ONGs que atuam com o tema. O objetivo do projeto é apoiar o homossexual que se vê violado em seus direitos, oferecendo orientação, acompanhamento multiprofissional e jurídico. As denúncias sobre violação de direitos deste grupo podem ser encaminhadas no horário de 10h às 17h, sendo mantido sigilo sobre a identidade do denunciante. O trabalho é executado por voluntários recrutados junto às ONGs e o telefone para contato é (21) 3399-1111.

Sistema penitenciário

A gravidade da situação no Desipe



O Cress vem acompanhando atentamente a situação no Desipe – um quadro que está se tornando cada vez mais grave, dado o crescente aumento do número de presos e o reduzido contingente de assistentes sociais. Autoridades desta instituição informam que existem hoje 17.000 detentos em unidades prisionais e nas recém-criadas casas de custódia. Os 58 assistentes sociais que atuam no Desipe enfrentam sérias dificuldades para responder à grande demanda por seus serviços.

Paralelamente, o Cress tem sido atuante no movimento dos assistentes sociais aprovados no último concurso, realizado em 1998. As ações objetivam a imediata convocação destes profissionais. Recentes discussões com as autoridades da Secretaria de Justiça e do próprio Desipe apontam que em breve ocorrerá a convocação de técnicos, dando continuidade à contratação de agentes penitenciários.

Paralelamente, o Cress tem sido atuante no movimento dos assistentes sociais aprovados no último concurso, realizado em 1998. As ações objetivam a imediata convocação destes profissionais. Recentes discussões com as autoridades da Secretaria de Justiça e do próprio Desipe apontam que em breve ocorrerá a convocação de técnicos, dando continuidade à contratação de agentes penitenciários.

Serviço Social em Empresa

O Cress-7 vai realizar em agosto o seminário “Serviço Social em Empresa”, que discutirá os resultados das entrevistas feitas com assistentes sociais de 128 empresas em todo o Estado. O objetivo do evento é discutir questões pertinentes à categoria, com base nos dados contidos nos relatórios de visitas fiscais, os quais permitem ampliar as possibilidades da ação fiscalizadora do conselho, além de propiciar à categoria um instrumento de reflexão sobre a profissão.

Durante um ano, a Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) entrevistou 281 profissionais de empresas privadas e públicas. Em sua primeira reunião, a comissão organizadora do seminário - que conta com a participação de assistentes sociais que atuam em empresas e pesquisadores vinculados a universidades - delineou os temas centrais a serem debatidos. Uma questão que será discutida é a condição de trabalho oferecida aos profissionais - de acordo com o levantamento, 60,7% das unidades de trabalho visitadas possuem apenas um profissional da área. “Queremos identificar se as empresas estão cumprindo a lei e se os assistentes sociais estão atuando de acordo com o Código de Ética da Profissão”, disse Nízia Viera dos Santos, agente fiscal do Cress.

O convite para participação no seminário abrangerá todos os entrevistados, além de outros profissionais da categoria que não trabalhavam nas empresas visitadas à época das ações fiscais.

Encontra-se à venda no Cress-7 as seguintes publicações:

Caderno Cidadania: “Como ficou a previdência dos segurados do INSS”

autor: José Prata de Araújo (R\$2,00)

O Serviço Social e os seus empregadores – “O mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos no estado do Rio de Janeiro”

coordenadora: Prof. Rose Mary Sousa Serra (R\$10,00)



► **Coletânea de Leis – R\$8,00**

Curso de capacitação em Serviço Social e Política Social

Produção: UNB (Módulo I: R\$25,00; Módulo II: R\$35,00; Módulo III: R\$41,00; Módulo IV: R\$ 43,00; Módulo V: R\$ 15,00)



► **Revista Inscrita/CFESS – números 1 a 6 (uma publicação: R\$10,00; duas: R\$15,00; três: R\$25,00; quatro: R\$30,00; cinco: R\$40,00; seis: R\$50,00)**

Código de Ética Profissional do Assistente Social – R\$4,00

LÉI PARA TODOS

Adoção

Projeto aprovado no Rio gera polêmica entre profissionais

O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, enviou à Assembléia Legislativa um projeto de lei sobre adoção. O texto gerou polêmica entre os profissionais que lutam para que crianças abandonadas encontrem uma nova família. Batizada como "Um lar para mim", a nova legislação determina que os funcionários públicos estaduais que venham a adotar uma criança que viva em abrigo receberão ajuda de custo de 3,5 a 5 salários mínimos (R\$ 630 a R\$ 900), até que o jovem complete 21 anos, ou até 24 - se estiver matriculado em curso superior.

O projeto, aprovado pelos deputados estaduais do Rio em 10 de novembro e regulamentado em 12 de janeiro, gerou grande interesse por parte dos servidores. Até 14 de maio, a 1ª Vara de Infância e Juventude havia recebido 77 pedidos de servidores para adoção de crianças. Neste mesmo período, dez pessoas já estavam participando do processo de habilitação.

Além de prever o pagamento, o projeto - que é apoiado pela Secretária de Ação Social e Cidadania, Rosinha Matheus, esposa de Garotinho - prioriza a adoção de crianças com mais idade (5 a 18 anos) e com deficiências físicas ou portadoras do vírus HIV - grupos que enfrentam maior dificuldade em encontrar um novo lar.

Entretanto, a relação entre o gesto de adotar uma criança e o pagamento de um salário gera discussões entre profissionais que atuam no setor. A assistente social Miriam Silva trabalhou durante quatro anos na ONG Terra dos Homens (que atua na área de adoção) e levanta dúvidas sobre o projeto. "A adoção não é um mar de rosas. Mas também não é tão complexa quanto se pensa. Mas quando se adota crianças com mais idade, que já têm uma história construída, é necessário maior preparo e mais adaptação", pondera ela.

Miriam esclarece que o processo de adoção prevê um período de guarda provisória, quando a família tem a oportunidade de desistir de ficar com a criança. Possíveis atrasos de pagamentos, comuns no serviço público, podem influenciar na decisão da família de adotar a criança. Por outro lado, depois de aprovada a adoção é irreversível. Caso haja a suspensão da concessão do benefício por outras administrações, a

relação da família com esta criança pode ser profundamente afetada. Em ambos os casos, as chances de haver problemas de ordem emocional para a criança é muito grande. "Sou funcionária pública estadual e conheço a realidade dos servidores, hoje com salários muito defasados. A minha dúvida é se as pessoas que se interessarem por adotar crianças o farão motivadas pela vontade de tê-las em casa ou pelo benefício". A assistente social afirma que o projeto deveria ter sido discutido de maneira mais democrática com os especialistas da área e lembra que as famílias formadas a partir desta lei terão que ser acompanhadas com cuidado pelos técnicos da Vara de Infância e Juventude.

A necessidade de se acompanhar mais atentamente o relacionamento da família que recebe uma ajuda financeira para adotar uma criança é reforçada pela assistente social Marta Bernardo, que trabalha na 1ª Vara de Infância e Juventude. "A equipe de assistentes sociais e psicólogos, no contato com os interessados, tem a responsabilidade de avaliar as pessoas que desejam adotar para saber se estão vinculados basicamente ao pagamento de um benefício", diz Marta. Segundo a assistente social, as primeiras pessoas interessadas em ingressar no projeto começaram a ser avaliadas em março pelos técnicos judiciários. O resultado do trabalho será discutido pela equipe técnica em junho. "O projeto despertou muito interesse por parte de servidores públicos", afirma ela, lembrando que durante sua discussão, técnicos que atuam no setor apresentaram documento à Assembléia Legislativa pedindo que outras propostas fossem priorizadas, como as que buscavam dar condições para a criança voltar à família de origem.

ONG vê aspectos positivos no projeto

O projeto do Governo do Rio é elogiado pela psicóloga Cláudia Cabral, diretora-executiva da ONG Terra dos Homens, que atua desde 1982 com o incentivo à adoção, especialmente as tardias (crianças com mais de três anos) e interraciais. Além de agir junto à família de origem para evitar o abandono, a organização não go-



vernamental procura conscientizar sobre a importância do convívio familiar para crianças abandonadas. "O projeto estadual oferece uma oportunidade para que crianças encontrem uma família e atende à necessidade de reduzir a dificuldade de adoção de jovens com mais idade ou com comprometimentos físicos", pondera a psicóloga. Ela afirma que conhece casos de funcionários públicos, como alguns que trabalham em abrigos, que se apegaram a crianças, mas não puderam assumi-las por falta de condições financeiras. "Do ponto de vista sociológico ou ideológico, não vejo qualquer problema em ajudar financeiramente os que decidirem adotar".

Cláudia Cabral reconhece que a remuneração é uma questão delicada, que exige um acompanhamento técnico mais intenso sobre a relação entre os novos pais e a criança. "Não sei se serviços ligados ao setor estão preparados para fazer essa verificação", questiona. Marta Bernardo lembra que o projeto prevê que o acompanhamento da convivência do jovem com a família substituta será feito pela equipe do Juizado da Infância e Juventude, com a colaboração da Secretária de Estado de Ação Social e Cidadania.

Para reduzir a chance de problemas futuros, Cláudia Cabral sugere o aumento do tempo de acompanhamento técnico do relacionamento, mesmo depois que a adoção seja deferida (geralmente após um ano). Sobre o risco de desistência por parte dos pais que ganham uma ajuda para receber em casa uma criança, a psicóloga afirma que essa possibilidade existe em qualquer adoção. Para evitar problemas com possíveis atrasos ou interrupções de pagamento devido às tradicionais dificuldades econômicas das administrações públicas, Cláudia afirma que esse aspecto deve ser informado aos pais pelos técnicos durante a fase preparatória da adoção.

Uma melhor avaliação dos impactos do projeto virá, portanto, após algum tempo de exercício da nova lei. O que se espera é que, ao menos nesta oportunidade, os profissionais que atuam na área possam ser ouvidos antes de se proceder a qualquer outra iniciativa.

INCA

Especialização

A oncologia como campo potencial de trabalho

Cursos de especialização podem ser um diferencial para o profissional na qualificação exigida pelo mercado de trabalho. No Serviço Social, por exemplo, uma das possibilidades que se apresenta como fonte de ampliação para o campo de trabalho é o Curso de Especialização em Oncologia, promovido pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Criado em 1998 com o objetivo de promover a atualização neste tema, o curso – formado por módulos teóricos e práticos – ganhou nova dimensão em 2000, quando 13 assistentes sociais se especializaram no atendimento oncológico. Neste ano, mais 13 profissionais estão freqüentando as aulas de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, recebendo uma bolsa que lhes permite acompanhar o curso *lato-sensu* de mais de 360 horas de aula.

Na opinião de Márcia Fróes Skaba, coordenadora-geral do curso, além de abrir um novo espaço de atuação, a linha adotada nesta pós-graduação busca “marcar o trabalho do Serviço Social na oncologia, trazendo a contribuição destes profissionais a um campo tão importante para a saúde. Os alunos estão em permanente contato, através dos módulos práticos, com a realidade dos serviços das unidades do Inca no Rio. Nas aulas, aprofundamos o referencial tecnológico e metodológico, permitindo uma visão ampliada da questão da saúde e sua interface com a oncologia”.

A assistente social Conceição Barbosa dos Santos, integrante da comissão coordenadora, lembra que o câncer traz grandes impactos físico, emocional e social para os pacientes e familiares.



Professores e formandos do 1º Curso de Especialização do INCA

No contato com esta realidade, o profissional de Serviço Social prioriza ações que buscam um assistência global, permitindo que os usuários enfrentem melhor a doença.

No Inca, os assistentes sociais estão divididos em quatro unidades – com atribuições na prática assistencial, ensino e pesquisa – e compõem o quadro docente do curso de pós-graduação, incluindo os assistentes sociais que atuam nos programas de prevenção e em recursos humanos. Márcia Skaba ressalta a conquista representada por esta iniciativa: “Nossa expectativa é que o curso se torne um marco no Serviço Social da unidade. As dificuldades de tempo e a crescente demanda de atividades não devem impedir que os profissionais tentem se aperfeiçoar”, afirma.

Inca investe na formação de recursos humanos

A coordenadora de Ensino e Divulgação do Inca, Maria Alice Sigaud, afirma que um dos objetivos da Instituto Nacional do Câncer é contribuir para o aperfeiçoamento de profissionais de saúde na área oncológica e, conseqüentemente, para a melhoria do atendimento aos pacientes. A partir

de 1998, houve ampliação dos cursos de capacitação, incluindo as áreas de Serviço Social, nutrição e enfermagem. Para o próximo ano, a meta é criar cursos de especialização em psicologia e fisioterapia. “O Inca quer ser capaz de formar todos os profissionais necessários à assistência oncológica”, afirma. Maria Alice esclarece que o modelo adotado no Inca não privilegia a sala de aula e sim o binômio “ensino/trabalho”.

A coordenadora ressalta que o Inca, como organizador da política de combate ao câncer no país, tem como meta desenvolver modelos de formação de profissionais que possam ser repassados a outros centros oncológicos do Brasil.

No caso do Curso de Especialização em Oncologia, o objetivo da comissão coordenadora – formada também pelas assistentes sociais Eliane Estalino e Maria Helena Cruz – é promover um curso a cada ano, com inscrições em janeiro. Para concorrer a uma das vagas, onde a seleção inclui prova, entrevista e análise de currículo, os assistentes sociais devem ter no mínimo um ano de prática em serviço de saúde.

PRAXIS

Conselho Regional de Serviço Social
CRESS/ 7ª Região - Fevereiro/2001

Rua México, 41, grupos 1203 a 1205
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-144
Telefax: (21) 240-1727/3627/0822 - 220-2864
E-mail: cressrj.diretoria@opic.com.br

DIRETORIA

Hilda Corrêa de Oliveira – Presidente
Marlise Ferreira de Souza – Vice-Presidente
Rute Gusmão – 1ª Secretária
Maurílio Castro de Matos – 2ª Secretário
Angela Maria Lima Ramos – 1ª Tesoureira
Neide Aparecida Silva – 2ª Tesoureira

SUPLENTE

Marcelo Braz Moraes dos Reis, Míriam Vasconcelos Braga,
Carmen Lúcia Brandão de Paula, Márcio Eduardo Brotto,
Sue Wolter Vianna e Vera Maria Ferreira Santos

CONSELHO FISCAL

Rodriane de Oliveira Souza e Tereza Joana de Castro Azevedo

SUPLENTE

Magali da Silva Almeida

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Angela Maria Lima Ramos, Márcio Eduardo Brotto, Marlise F. de Souza, Maurílio Castro de Matos e Rute Gusmão

NORTE E NORDESTE FLUMINENSE – R. 21 de Abril, 272, sala 311
Centro - CEP 28010-170 - Telefax: (24) 723-9464

Representantes

Maria Clélia Pinto Coelho – Presidente
Elisa Maria Poley Gomes – 1ª Secretária
Maria Auxiliadora de Barros Freitas – 1ª Tesoureira

Suplentes

Maria de Fátima Barbosa de Azeredo, Rossana Florencio Machado
Ribeiro e Adriana Paiva Pereira

SUL FLUMINENSE – R. 25A, nº 23, sala 802 - Vila Santa Cecília
CEP 27261-050 - Telefax: (24) 342-6886

Representantes

Helenice Pereira Melo de Andrade – Presidente
Ângela Amélia Chaves de Sá – Tesoureira
Cláudia Meister – Secretária
Rita Maria Castelo Branco - Suplente

Suplentes

Cláudia Meister, Rita Maria Castelo Branco e Olinda Fernandes

EDITORIA – Cláudia Costa (MTB 16565/RJ)

Diagramação e ilustração: Carlos D

Reportagem: Carlos Henrique Braz; Marcelo Monteiro,
Raphael Gomide – **Fotos:** André Nazareth

Revisão: Graça Santiago

Projeto gráfico: Ingrid Klein

Impressão: Graffline Artes Gráficas e Editora

Tiragem: 8.000 exemplares